

São Paulo, 12 de novembro de 2024

Ao Complexo Assistencial Cairbar Schutel - CACS.

Aos diretores e conselheiros

Prezados Senhores,

Por meio deste, encaminhamos aos cuidados de V.S.a, o relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2023** da **Complexo Assistencial Cairbar Schutel - CACS**, acompanhado das demonstrações contábeis, que incluem notas explicativas, elaboradas pela sua administração.

Atenciosamente,



Ed Carlos Fonseca

Contador Responsável

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Alcance

Examinamos as demonstrações financeiras do Complexo Assistencial Cairbar Schutel - CACS. ("Entidade") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Opinião Adversa

Em nossa opinião, devido à relevância dos assuntos discutidos no parágrafo a seguir intitulado "Base para opinião adversa", as demonstrações contábeis acima referidas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Complexo Assistencial Cairbar Schutel - CACS em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, especialmente às aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002) e às aplicáveis às Pequenas e Médias empresas (NBC TG 1000).

Base para Opinião Adversa

- 1) Conforme estabelecido nas seções 10, 12, 13, 16 e 19 da norma ITG 2002 (R1) Entidades sem finalidade de Lucros, a Entidade deve reconhecer em seu resultado de cada exercício as doações, gratuidades e trabalho voluntário recebidos e prestados. Entretanto para o exercício de janeiro a dezembro de 2023 foram reconhecidos apenas as doações recebidas em equivalentes de caixa, conforme destacada na nota explicativa 2.g. A entidade, conforme descrito nas suas notas de contexto operacional, é voltada para concepção de serviços e atividades filantrópicas e beneficentes, muitas dessas subsidiadas por recebimento de tempo e serviços e voluntários, representando significativa parte de sua atividade, porém, não foi possível quantificarmos esses valores de receitas, custos e despesas, e, portanto, ficamos limitados quanto aos impactos às demonstrações da entidade.
- 2) De acordo com o as seções 10 e 12 da norma ITG, a Entidade também deve reconhecer em suas contas patrimoniais, as doações não monetárias recebidas ou ainda bens duráveis, ou serviços agregados à bens duráveis, que passem a ser de posse e propriedade da entidade. Verificamos que em 31/12/2023 a entidade possui bens de natureza imobilizada, assim como bens de natureza de estoque, que são posteriormente ofertados à sociedade por meio de bazares, que não foram corretamente quantificados e não estão refletidos nas demonstrações financeiras da entidade. Devido à ausência de informações e documentos suficientes, ficamos limitados quanto a eventual valoração desses bens, e consequentemente os impactos no ativo, circulante e não circulante, assim como resultado do exercício e patrimônio social da entidade.

Red

- 3) Conforme determinado pela Seção 17 da ITG 1000, itens 17.15A, 17.16 a 17.25 as entidades devem reconhecer o valor de seu imobilizado líquido de depreciação, considerando o valor residual de seus ativos imobilizados e eventuais reduções a valor recuperável conforme necessário. A entidade, conforme notas 2.d) e 4, não efetuou avaliação da vida útil de seus bens, tão pouco valor residual ou análise de redução ao valor recuperável, não registrando em seu resultado operacional despesa com depreciação ano a ano, assim, superavaliando seu ativo imobilizado em detrimento de uma superavaliação do resultado do exercício e de seu patrimônio líquido. Devido à ausência de informações e documentos suficientes, ficamos limitados quanto a eventual valoração desses impactos.
- 4) Conforme descrito na nota explicativa número 2.b. a entidade segue o regime financeiro de caixa para seus registros de entradas e saídas. Em 2023 a entidade reconheceu no resultado do exercício como despesas de férias e encargos conforme gozo do período, e não reconheceu em seu passivo a provisão dos totais incorridos de avos, conforme regime de competência. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o passivo da entidade encontra-se subavaliado em MR\$ 70 em detrimento da superavaliação do seu resultado do exercício e patrimônio social.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião adversa.

Outros assuntos

Valores Correspondentes

As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, cujos valores estão sendo apresentados para fins comparativos, foram por nós examinadas em relatório emitido em 06 de novembro de 2023 com opinião adversa, e continha as seguintes ressalvas: Ausência do reconhecimento dos voluntariados e gratuidades recebidas e prestadas; falta do reconhecimento das doações não monetárias (estoques e imobilizados); e registro das despesas de férias e encargos por regime de caixa. Desta forma a leitura das demonstrações do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 deve considerar os efeitos e possíveis efeitos citados naquele relatório quanto aos valores comparativos.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações

Ed

financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso

Ed

relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, SP, 12 de novembro de 2024

Gorioux Faro Auditores Independentes S/S

CRC 2SP 023.512/O-0

CVM 12831

CNAIPJ 0254



Ed Carlos Fonseca

CRC 1SP 336.697/O-1

CNAI 8423

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(preparadas pela Administração)

12/1

COMPLEXO ASSISTENCIAL CAIRBAR SCHUTEL - CACS
BALANÇO PATRIMONIAL
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Valores em reais (R\$)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>PASSIVO</u>	<u>Nota</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	<u>899.965</u>	<u>617.527</u>	Contas a pagar		1.747	-
TOTAL CIRCULANTE		899.965	617.527	Obrigações trabalhistas	5	16.065	16.906
				Obrigações tributárias		<u>109</u>	
				TOTAL CIRCULANTE		17.920	16.906
NÃO CIRCULANTE				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Imobilizado	4	<u>198.893</u>	<u>192.668</u>	Patrimônio Social	6	793.289	503.371
		198.893	192.668	Superávit do Exercício	6	<u>287.650</u>	<u>289.918</u>
						1.080.939	793.289
TOTAL DO ATIVO		<u>1.098.858</u>	<u>810.195</u>	TOTAL DO PASSIVO		<u>1.098.858</u>	<u>810.195</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

COMPLEXO ASSISTENCIAL CAIRBAR SCHUTEL - CACS
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Valores em reais (R\$)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receitas com restrição	7	1.170.724	1.156.331
Receitas sem restrição	7	650.189	701.415
Total de receitas		1.820.913	1.857.746
Custo das Operações (CDI)	8	(1.194.254)	(1.135.356)
Resultado Operacional Bruto		626.659	722.391
Despesas Administrativas (Sede)	9	(417.114)	(476.551)
Resultado Operacional Líquido		209.545	245.840
Receitas financeiras		78.105	44.079
Resultado Financeiro		78.105	44.079
Superávit Líquido		287.650	289.918

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

COMPLEXO ASSISTENCIAL CAIRBAR SCHUTEL - CACS
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Valores em reais (R\$)

	Patrimônio Social	Superávit do Exercício	Total do Patrimônio Líquido
Saldos iniciais em 31.12.2021	420.474	82.896	503.371
Superávit do exercício	-	289.918	289.918
Incorporação do superávit do exercício	82.896	(82.896)	-
Saldos finais em 31.12.2022	503.371	289.918	793.289
Superávit do exercício	-	287.650	287.650
Incorporação do superávit do exercício	289.918	(289.918)	-
Saldos finais em 31.12.2023	793.289	287.650	1.080.939

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

COMPLEXO ASSISTENCIAL CAIRBAR SCHUTEL - CACS
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
Valores em reais (R\$)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<u>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais</u>		
Superávit do Período	287.650	289.918
<i>Aumento (Diminuição) de passivos Circulantes</i>		
Fornecedores	1.747	-
Obrigações sociais e trabalhistas	(842)	3.130
Outras	109	-
	<u>1.014</u>	<u>3.130</u>
<u>Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento</u>		
	(6.226)	(11.565)
<u>Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento</u>		
	-	-
<u>Aumento (Diminuição) Líquida do Caixa</u>	<u>282.438</u>	<u>281.483</u>
Saldo de caixa e equivalentes no início do exercício	617.527	336.044
Saldo de caixa e equivalentes no fim do exercício	899.965	617.527
<u>Aumento líquido de caixa e equivalentes a caixa</u>	<u>282.438</u>	<u>281.483</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras

Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023

1 - CONTEXTO OPERACIONAL

O CACS Complexo Assistencial Cairbar Schutel, organização da Sociedade Civil – (OSC) sem fins lucrativos, foi constituído em 08 de fevereiro de 1963, desenvolvendo programas sociais que beneficiam crianças, jovens e adultos em situação de vulnerabilidade social.

Em 30 novembro de 1981 foi declarado Instituição de Utilidade Pública Federal – Decreto nº 86.668, de 30.11.81. Em consequência, está imune a cobrança de Impostos e Contribuições de acordo com o que determina o Artigo 150, inciso VI, alínea C e Artigo 195, parágrafo 7.o, ambos da Constituição Federal de 1988;

Em 27 de dezembro de 1968 foi declarado instituição de Utilidade Pública Estadual, através da Lei nº 10.341, de 27.12.68;

Em 22 de maio de 1970 foi declarado instituição de Utilidade Pública Municipal, através do Decreto nº 9.795, de 26.05.70;

Certificado de matrícula na Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social/SP - SMADS - registro nº 02.395;

Certificado de inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social/SP COMAS – registro nº 232/2011;

Registro no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente/SP CMDCA – registro nº 0421/CMDCA/1994;

Registro no Conselho Estadual de Assistência Social/SP CONSEAS – registro nº 0311/SP/2000

Registro no Certificado de Regularidade Cadastral de Entidades/SP CRCE – registro nº 0755/2015

Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social do MEC CEBAS- registro nº 71000.046332/2017-35;

Alvará da Vigilância Sanitária/SP – Licença de Funcionamento nº 355030801-880-000920-1-0;

Registro no Grande Conselho Municipal do Idoso/SP GCMI - registro nº GCMI/464/21.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras

Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023

O CACS Complexo Assistencial Cairbar Schutel, organização social sem fins lucrativos, foi criado há 60 anos movido pela busca de uma sociedade mais justa e com mais oportunidades, trabalhando para resgatar a dignidade e fomentar a autonomia de pessoas em situação de vulnerabilidade, desenvolvendo programas sociais de que beneficiam crianças, jovens e adultos em situação de vulnerabilidade social.

- Mantém hoje o CDI | Centro dia para Idosos Dr. Ricardo: atende até 30 pessoas idosas em vulnerabilidade social e pessoal; possuem limitações para realização das atividades de vida diária, convivem com suas famílias, porém não dispõem de atendimento de tempo integral no domicílio;

- A Campanha contra a Fome CACS atende a 400 famílias cadastradas da região com a entrega de 1 cesta básica ao mês;

- Implantaremos o CCA | Centro para Crianças e Adolescentes: contraturno escolar para até 120 usuários de 6 a 14 anos em situação de vulnerabilidade e risco, desenvolvendo suas potencialidades, favorecendo aquisições para a conquista da autonomia, protagonismo e cidadania e fortalecendo vínculos familiares e comunitários.

Para viabilizar seu trabalho social, a organização conta com diferentes frentes de captação de Recursos:

- Convênio municipal: reembolsa 70% das despesas do CDI - Centro Dia para Idosos Dr. Ricardo;

- Mantenedores pessoa física: boletos mensais e campanha da Nota Fiscal Paulista;

- Brechó do CACS: comercialização de mercadorias usadas e seminovas recebidas em doação;

- 3 grandes eventos anuais – em março, agosto e dezembro: Bazar e Almoço Beneficentes.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras

Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023

2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMOSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira e levam em consideração a Norma Brasileira de Contabilidade – ITG 2002 específica para Entidades sem Finalidades de Lucros.

RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As Demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade.

b) Apuração de receitas e despesas do exercício

As receitas e despesas devem ser registradas considerando o regime de competência dos eventos relacionados. Em alguns casos o regime de caixa condiz com o correto regime e período de competência de algumas receitas e despesas, porém, de modo geral, a aplicação do regime nos registros da entidade segue o regime financeiro de caixa.

c) Instrumentos financeiros

A entidade não possui instrumentos financeiros derivativos. Os demais instrumentos financeiros incluem apenas caixa e equivalentes de caixa.

d) Ativos circulantes e não circulantes

Caixa e equivalentes de caixa

Os valores registrados em disponibilidades referem-se a saldos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediatas com baixo risco de variação no valor de mercado, e consideradas como equivalentes de caixa. Não compõem este saldo nenhum valor decorrente de receitas ou créditos vinculados a algum tipo de restrição que não o uso na operação normal da Entidade.

Aplicações financeiras

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras

Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023

São registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Estoques

A entidade não possui saldo de estoque, e não reconhece no seu balanço os bens oriundos de doações que tenham por finalidade a revenda em bazares, utilização em outros eventos ou futuras doações para os assistidos pelo CACS, que são reconhecidos exclusivamente pelo seu valor de venda quando comercializados.

Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado estão demonstrados ao custo de aquisição e não são depreciados em consequência, principalmente, da dificuldade de segregação dos valores depreciáveis (edificações) do total dos imóveis. Não foram reconhecidos nos saldos e controles da Entidade os bens, e benfeitorias, que, porventura, foram recebidos por doações.

e) Passivos circulantes e não circulantes

Obrigações trabalhistas

As obrigações trabalhistas são compostas por verbas a pagar para o quadro de funcionários bem como os encargos incidentes como INSS e FGTS. A entidade não provisiona mensalmente as devidas verbas de 13º salário e férias e seus encargos, sendo registrados apenas quando da sua incorrência, ou por gozo, pagamento ou indenização.

Provisões

As provisões devem ser reconhecidas, quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que o recurso econômico seja referido para saldar a obrigação. As provisões devem ser registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

A entidade não possui provisões registradas em 31/12/2023.

f) Receita de subvenções

As receitas de subvenções referem-se aos valores recebidos da Prefeitura do Estado de São Paulo que representam aproximadamente 70% das despesas do CDI - Centro Dia

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras

Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023

para Idosos Dr. Ricardo e são reconhecidas mensalmente, conforme acordado em convênio.

g) Gratuidades, voluntários e doações

As doações, efetuadas em dinheiro (ou transferência de créditos, transferências bancárias, etc.) são reconhecidas como receita da entidade no mês em que são recebidas. Doações em bens e direitos não são reconhecidos até que eventualmente sejam repassados pela entidade, momento em que tem seu valor de repasse reconhecido como receita.

A entidade não reconhece, tão pouco valoriza, doações de serviços (e/ou trabalhos voluntários recebidos), mesmo que sejam vertidos para uso interno da entidade.

Tão pouco há o reconhecimento, e valorização, das gratuidades vertidas a favor ou pela instituição para a sociedade e comunidade.

h) Contribuições de associados

Os associados contribuem para Entidade e possuem direitos e deveres em conformidade com seu Estatuto Social. Os pagamentos são realizados de forma voluntária e não há previsão de cobrança em caso de não recebimento em determinado período, durante o período sem o pagamento a única condição prevista é a perda dos direitos de associado.

i) Aplicações e recursos

Os recursos da entidade são aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas despesas e investimentos patrimoniais.

3 – Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2023	2022
Caixas e Bancos	41.900	69.456
Poupança	142.682	100.664
Aplicações Financeiras (*)	715.383	447.407
Total	899.965	617.527

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras

Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023

(*) Essas aplicações foram remuneradas, em 2023 e 2022, com base no Certificado de Depósito Interbancário (CDI) sendo remuneradas a taxas que variam entre 75,00% e 95,00%. Poupança remunerada pelo valor mercado.

4 – Imobilizado

Descrição	Custo 2022	Adições	Baixas	Custo 2023
Imóveis	73.628	-	-	73.628
Veículos	71.689	-	-	71.689
Móveis e Utensílios	47.351	6.224	-	53.575
Total	192.668	6.224	-	198.892

A entidade não aplica depreciação aos seus bens do ativo imobilizado, sendo eles baixados contra resultado em ato de venda, sucata ou perda.

5 – Obrigações Trabalhistas

Descrição	2023	2022
Salários à Pagar	-	3.663
IR Retido Fonte	2.736	1.547
FGTS	7.660	6.590
INSS	5.669	4.907
Contribuição Sindical	-	200
Total	16.065	16.907

6 – Patrimônio Líquido

Descrição	2023	2022
Patrimônio Social	793.288	530.371
Superávit do Exercício	287.650	289.918
Total	1.080.938	793.289

Os valores de déficit ou superávit de cada exercício são absorvidos pelo patrimônio social para utilização em suas finalidades institucionais em conformidade com Estatuto Social da Entidade. Não há previsão para reservas de qualquer natureza.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras

Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023

7 – Receitas

Receitas com restrição

A Entidade firmou um convênio junto a prefeitura de São Paulo que garante o repasse de verbas para dispêndio exclusivo com gastos no atendimento de idosos de acordo com rubricas determinadas pelo próprio ente municipal.

Descrição	2023	2022
Convênios municipais	1.170.724	1.156.331
Total	1.170.724	1.156.331

Receitas sem restrição

Descrição	2023	2022
Emendas municipais (1)	-	80.000
Doações espontâneas (2)	130.500	132.211
Associados (3)	43.052	48.845
Crédito nota fiscal paulista (4)	282.769	303.068
Bazar e afins (5)	103.529	78.067
Direitos autorais (6)	8.869	1.901
Outras	-	8.902
Total	650.189	701.415

- (1) Recebimentos referentes a emendas de parlamentares;
- (2) Doações espontâneas de pessoas físicas e jurídicas em dinheiro ou transferências bancárias;
- (3) Contribuições de mensalidades dos associados;
- (4) Cessão de créditos gerados pelo programa Nota Fiscal Paulista recebidos de pessoas físicas e jurídicas;
- (5) Venda de produtos e artigos novos e usados produzidos por voluntários ou recebidos de doações;
- (6) Direitos autorais e vendas de livros revertidos em prol da entidade.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras

Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023

8 – Custos da Operação (CDI)

CDI Dr. Ricardo	2023	2022
Honorário PF	-	(3.500)
Honorários PJ	(6.225)	(20.622)
Salários e Encargos	(796.897)	(736.082)
Veículos	(1.137)	(3.742)
Const. E Reforma	-	-
Despesas Diversos	(10.011)	-
Medicamentos	(3.675)	(6.317)
Copa e Cozinha	(133.040)	(125.775)
Material Escritório	(13.488)	(12.782)
Telefone	(3.373)	(3.495)
Desp. Informática	-	(7.029)
Conserv.Bens e Instalações	(4.655)	(12.398)
Assessoria Contábil	(14.160)	(13.960)
Material Limpeza	(18.750)	(14.219)
Vale Transporte	(2.620)	(4.900)
Gás	-	(5.270)
Transporte Idoso	(77.350)	(80.400)
Assistência Odontológica	(4.010)	(3.866)
Oficinas	(29.845)	(28.219)
Cesta Básica	(19.970)	(44.248)
Outras	(55.047)	(8.531)
Total CDI	(1.194.254)	(1.135.356)

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras

Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023

9 – Despesas Administrativas (Sede)

Despesas Administrativas e Gerais SEDE	2023	2022
Honorários - PF	-	(15.000)
Honorários - PJ	(10.968)	-
Salários e Encargos	(84.002)	(101.674)
Bens Pequeno Valor	(12.938)	(30.327)
Disp.Manut. Conserv. Bens	(40.688)	(9.391)
Energia Elétrica	(3.426)	(10.341)
Água e Esgoto	(730)	(16.460)
Seguros Gerais	(1.119)	(3.611)
Eventos	(30.977)	(5.372)
Material de Limpeza	(4.629)	(10.329)
Despesas com Veículos	(13.332)	(21.406)
Exame Admis. / Demissional	(2.148)	(4.988)
Material de Escritorio	(3.169)	(5.077)
Copa e Cozinha	(17.418)	(18.578)
Legais / Judiciais	(3.104)	-
Despesas Informática	(18.523)	(16.225)
Construção e Reforma	(34.225)	(83.629)
Cesta Básica	(38.028)	(74.965)
Assessoria Contábil	(9.507)	(8.240)
Despesas Diversas	(11.903)	(22.591)
Outras Despesas	(65.534)	(6.297)
Despesas Tributárias	(1.559)	(74)
Tarifas Bancárias	(9.187)	(11.975)
Total Sede	(417.114)	(476.551)

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras

Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023

10 - Remuneração da diretoria

Conforme previsto no Estatuto Social, o Conselho Diretor, através de Assembleia Geral, é responsável por instituir a remuneração para os dirigentes da Associação, nos termos da Lei nº 9.790/99, que atuem efetivamente na gestão executiva. Os membros do Conselho Diretor da Associação não são remunerados por suas funções estatutárias.

11 – Cobertura de Seguros

A entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos auditores independentes.

12 - Renúncia Fiscal

A entidade está sujeita a determinados tributos objetos de renúncia fiscal para o exercício de 31 de dezembro de 2023, assim como para 2022. No julgamento da Diretoria, para fins do atendimento às divulgações exigidas pela ITG 2002, a renúncia fiscal engloba o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), 24%, e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), 9%.

13 - Eventos Subsequentes

Conforme disposto na Seção 32 da NBC TG 1000, um evento que ocorre entre a data das demonstrações contábeis e a data na qual é autorizada a emissão dessas demonstrações, seja favorável ou desfavorável, é chamado evento subsequente. Ensejam divulgação, ou até ajustes às demonstrações, eventos que podem influenciar a decisão dos usuários das demonstrações contábeis. Não houve eventos subsequentes que ensejem divulgação, tão pouco que impactam as demonstrações de 31 de dezembro de 2023.